

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 3.681, DE 2000

“Dá nova redação ao § 2º e revoga o § 3º do art. 50 da Lei n.º 7.289, de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei n.º 7.475, de 13 de maio de 1986 - Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal”.

**Autor:** Deputado ALBERTO FRAGA

**Relator:** Deputado FERNANDO CORUJA

### I - RELATÓRIO

A proposição em epígrafe altera o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal para substituir o termo “esposa” por “cônjuge” na lista de dependentes dos integrantes das forças policiais militares do Distrito Federal.

Justificando sua iniciativa, o autor aduz que a proposta em exame permitirá às policiais militares femininas ter seus esposos como dependentes legais, à maneira do atualmente garantido para as esposas de policiais militares. Aponta ainda a necessidade da mudança para adaptar o referido diploma legal aos ditames do art. 5º da Constituição Federal, particularmente no que concerne ao princípio da isonomia.

O projeto recebeu parecer pela aprovação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com substitutivo que amplia a disposição do projeto para abranger o companheiro de policial militar, bem como estende o benefício aos bombeiros militares do Distrito Federal e aos militares em geral. Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado a



0A413E5D09

proposição recebeu parecer pela aprovação, com substitutivo com teor semelhante ao apresentado na CTASP.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram oferecidas emendas ao projeto, conforme atesta a Secretaria desta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, a, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto e dos substitutivos apresentados na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

No que toca à constitucionalidade formal, a matéria se insere na competência legislativa da União, em decorrência da competência que lhe é designada para organizar e manter as polícias e o corpo de bombeiros do Distrito Federal (CF, art. 23, XIV), regulando sua utilização em lei federal (CF, art. 32, § 4º). É atribuição do Congresso Nacional dispor sobre o assunto, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), mediante iniciativa legislativa concorrente (CF, art. 61, *caput*).

Em relação aos substitutivos apresentados pelas comissões de mérito, entendemos que a alteração proposta para a Lei n.º 6.880/80 é inconstitucional, ante a iniciativa exclusiva do Presidente da República em matéria relativa ao regime jurídico dos militares das Forças Armadas, conforme o art. 61, § 1º, II, “f” da Constituição Federal.

Quanto à técnica legislativa, apontamos que os substitutivos das comissões de mérito incluem cláusula de revogação no seu art. 2º, quando a boa técnica manda que esta se insira ao final do texto legislativo. Apresentamos, portanto, substitutivo para corrigir as falhas.



0A413E5D09

Nada tendo a opor quanto à juridicidade da proposição principal e das acessórias, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 3.681, de 2000, assim como dos substitutivos apresentados pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, na forma do substitutivo apresentado.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2005.

Deputado FERNANDO CORUJA  
Relator



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.681, DE 2000

Permite a inclusão do esposo e do companheiro como dependentes das integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do § 2º e o inciso IX do § 4º do art. 50 da Lei n.º 7.289, de 18 de dezembro de 1984, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50. ....

.....

§ 2º .....

I – o cônjuge;

.....

§ 4º .....

.....

IX – o companheiro ou a companheira, desde que viva em sua companhia há mais de cinco anos, comprovada por justificção judicial; e

..... (N R)”



0A413E5D09

Art. 2º. A alínea *a* do § 2º e a alínea *i* do § 3º do art. 51 do Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pela Lei n.º 7.479, de 2 de junho de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 51 .....

.....

§ 2º .....

a) o cônjuge;

.....

§ 3º .....

i) o companheiro ou a companheira, desde que viva em sua companhia há mais de cinco anos, comprovada por justificção judicial; e

..... (N R)”

Art. 3º Fica revogado o § 3º do art. 50 da Lei n.º 7.289, de 18 de dezembro de 1984.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2005.

Deputado FERNANDO CORUJA  
Relator





0A413E5D09